



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 747/14

REQUERIMENTO Nº DE 2014

(Do Senhor Carlos Sampaio)

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam REQUISITADAS: cópias de inteiro teor das denúncias apresentadas à Ouvidoria da Petrobras, no período de 2004 a 2014, dando conta de corrupção e tráfico de influência na área de abastecimento comandada por Paulo Roberto: cópias integrais das denúncias supra referidas; cópias integrais de todos os ofícios encaminhados pela Ouvidoria à Presidência, aos membros da diretoria e aos membros do Conselho de Administração da Petrobras relativas às denúncias supra referidas; e cópias integrais de todos os relatórios elaborados e respectivos ofícios de encaminhamento à Presidência e aos membros do Conselho de Administração da Petrobras relativos às denúncias acima referidas.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 17.08.14

As

Reinilson Prado
Secretário
Matr. 228130

Senhor(a) Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO de cópias de inteiro teor das denúncias apresentadas à Ouvidoria da Petrobras, no período de 2004 a 2014, dando conta de corrupção e tráfico de influência na área de abastecimento comandada por Paulo Roberto: cópias integrais de todos os ofícios encaminhados pela Ouvidoria à Presidência, aos membros da diretoria e aos membros do Conselho de Administração da Petrobras relativas às denúncias supra referidas; e cópias integrais de todos os relatórios elaborados e respectivos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ofícios de encaminhamento à Presidência e aos membros do Conselho de Administração da Petrobras relativos às denúncias acima referidas.

JUSTIFICAÇÃO

A Revista Veja teve acesso a um relatório sigiloso que a ouvidoria da estatal apresentou à diretoria executiva e ao conselho de administração. O documento seria de janeiro de 2011 e lista denúncias internas de corrupção e tráfico de influências na área do de abastecimento, comandada por Paulo Roberto. Em 2010, seriam 202. A ouvidoria julgou 41 delas como procedentes. A senhora Graça Foster teve acesso a todas essas informações. Mesmo assim o diretor teria sido afastado tempo depois e ainda influenciou na indicação do sucessor.



NINGUÉM DESCONFIU?

As revelações do ex-diretor Paulo Roberto Costa geraram reações de surpresa e indignação entre os políticos. Na Petrobras, porém, suas traficâncias eram mais do que conhecidas — e havia muito tempo

RODRIGO RANDEL E MALU GASPAR

Em sua última edição, VEJA revelou o conteúdo de uma delação premiada que tem potencial para provocar um terremoto na política nacional. Preso na sede da Polícia Federal em Curitiba, o engenheiro Paulo Roberto Costa, diretor por oito anos do setor de abastecimento da Petrobras, decidiu contar o que sabe sobre o megasquema de corrupção montado na estatal cujo objetivo era abastecer os cofres de partidos e o bolso de políticos ligados ao governo.

Já nos primeiros depoimentos, ele confirmou a parceria com grandes empreiteiras para arrecadar propina e citou como beneficiários um ministro, três governadores, seis senadores e pelo menos 25 deputados federais — entre eles, o ministro Edison Lobão, chefe da área de energia do governo, que tem a Petrobras como joia da coroa, e os presidentes da Câmara e do Senado, Henrique Alves e Renan Calheiros, além de vários outros lus-

trados políticos com assento no Congresso Nacional.

A repercussão das revelações de Paulo Roberto foi imediata. Os políticos acusados pelo ex-diretor apressaram-se a negar qualquer envolvimento com o esquema criminoso. "A delação premiada, quando usada para encobrir ou ocultar eventuais beneficiários, deve redundar em um agravamento de pena daquele que tentou manipular os rumos da apuração", dizia um texto divulgado pelo gabinete de Renan Calheiros. "Essas são acusações levianas e sem fundamento", afirmou Henrique Alves. O ministro Lobão, em nota, limitou-se a dizer que sua relação com Paulo Roberto Costa era apenas institucional. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira, de maneira

contundente, anunciou que renunciaria ao mandato se ficar provada sua culpa.

As declarações de Paulo Roberto Costa atingiram em cheio o governo. O ex-presidente Lula demonstrou muita preocupação com os depoimentos já prestados. A



2



CÂMARA DOS DEPUTADOS



NINGUÉM SABIA

Em reunião no Planalto, Lula, a então ministra Dilma, o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, e Paulo Roberto Costa, tratado pelo ex-presidente como Paulinho

das declarações prestadas por Paulo Roberto Costa às autoridades. Era obrigação dela, conforme afirmou, exigir do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Polícia Federal o respeito ao sigilo dos depoimentos. "Como a Dilma deixa acontecer uma coisa dessas?", criticou o ex-presidente. "É muita trapalhada."

A Petrobras tem sido motivo de desgaste entre criador e criatura. Para Lula, Dilma perdeu o controle da situação quando admitiu ter aprovado a compra da refinaria de Pasadena com base num parecer "falho". Com esse gesto de sinceridade,

aliados, o petista disse temer que Paulinho, como chamava o ex-diretor, diga que cumpriu uma missão partidária, parte de um projeto maior de poder, levantando recursos para financiar a campanha presidencial dele próprio em 2006 e a de Dilma em 2010. Ou seja: há preocupação com o impacto das informações na reeleição de Dilma e na biografia de seu antecessor.

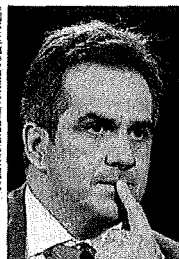
Mais uma vez, Lula responsabilizou a sucessora pela crise política que assombra as gestões petistas. Para ele, a presidente deveria ter impedido o vazamento

de informações publicadas por VEJA. Do lado oposto, os adversários de Dilma aproveitaram para torpedeá-la. "Não consigo imaginar que as pessoas possam confiar num partido que coloca por doze anos um diretor para assaltar os cofres da Petrobras", disse Marina Silva, do PSB. "Poucas vezes na história deste país assistimos a tanta desfaçatez", disparou o tucano Aécio Neves.

A Petrobras é a ponta mais vistosa de uma estrutura grandiosa de corrupção e lavagem de dinheiro descoberta pela Operação Lava-Jato, deflagrada em março. Segundo a polícia, o esquema movimentou 10 bilhões de reais. De um lado, algumas das principais empreiteiras do país injetavam propina em contas de empresas-fantasma e, de outro, o dinheiro saía lavado para políticos e partidos. Aos delegados e procuradores que se revezavam para ouvi-lo, Paulo Roberto tem dado detalhes sobre o papel da Petrobras no abastecimento do esquema. Os partidos já citados — PT, PMDB e PP — tinham nichos de negócio na estatal e os contratos fechados rendiam "comissões" que eram distribuídas em seguida. Essa lógica, afirma Paulo Roberto, não se restringia à área que ele comandava. Segundo o delator, funcionava assim também em outras diretorias da estatal.

Especialista na área de energia, que comandou no governo Lula, Dilma assegura que nunca soube da existência do esquema. O que a presidente não viu, no entanto, todo o resto da empresa sabia — inclusive a presidente da companhia, Graça Foster, indicada por ela. VEJA teve acesso a um relatório sigiloso que a ouvidoria da estatal apresentou à diretoria executiva e ao conselho de administração. O documento é de janeiro de 2011 e lista denúncias internas de corrupção e tráfico de influência na área de abastecimento, comandada por Paulo Roberto. Em 2010, foram simplesmente 202. A ouvidoria julgou 41 delas como procedentes. Graça Foster teve acesso a todas as informações. Mesmo assim, Paulinho só deixou o cargo muito tempo depois — e ainda influenciou na indicação do sucessor.

COM REPORTAGEM DE ALANA RIZZO



PROTOCOLO Renan Calheiros, Henrique Alves, Edison Lobão e Ciro Nogueira: todos conheciam Paulo Roberto — e só



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ante ao exposto, necessária se faz a requisição de todos os documentos afetos aos encaminhamentos realizados pela Ouvidoria da Petrobras.

Sala das Sessões, em de setembro de 2014.


DEPUTADO CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP